

O ciberfeminismo negro como ferramenta de visibilidade e resistência contra o sexismo e o racismo na contemporaneidade

DANIELLE LINS LIMA FERREIRA*

NAÍNA JÉSSICA CARVALHO ARAÚJO**

Resumo: A pandemia da covid-19 provocou adaptações no cotidiano, e tornou-nos ainda mais dependentes das novas tecnologias de comunicação e informação – NTICs e da própria internet. Diante das demandas impostas por ela, as mídias digitais configuram ainda mais arenas de grandes batalhas ideológicas, sociais e políticas fomentando práticas feministas na perspectiva do ciberespaço, interessando aqui as realizadas por mulheres negras. O artigo, de abordagem qualitativa e exploratória, tem por objetivo fazer uma análise do discurso (AD) sobre a construção de dois projetos de mestrado; Vivências de Representatividade e Visibilidade da Mulher Negra em Mídias Sociais pela UPE e Movimentos Feministas, Interseccionalidade e Ciberfeminismos no mestrado de políticas públicas da UFPI. A revisão de literatura conta com o panorama histórico do ciberfeminismo negro, considerando os pontos de colisão dos projetos no contexto do acesso às mídias digitais e a importância da conectividade no meio urbano e rural.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Inclusão Digital; Organização Coletiva Feministas; Globalização

Black cyberfeminism as a tool of visibility and resistance against sexism and racism in contemporary

Abstract: The covid-19 pandemic provoked adaptations in everyday life, and made us even more dependent on new communication and information technologies – NICTs and the internet itself. Faced with the demands imposed by it, digital media configure even more arenas of great ideological, social and political battles, promoting feminist practices from the perspective of cyberspace, of interest here to those carried out by black women. The article, with a qualitative and exploratory approach, aims to carry out a discourse analysis (DA) on the construction of two master's projects; Experiences of Representativeness and Visibility of Black Women in Social Media by the UPE and Feminist Movements, Intersectionality and Cyberfeminisms in the Master of Public Policy at UFPI. The literature review has a historical overview of black cyberfeminism, considering the points of collision of projects in the context of access to digital media and the importance of connectivity in urban and rural areas.

Key words: Black Feminism; Digital inclusion; Feminist Collective Organization; Globalization.



* **DANIELLE LINS LIMA FERREIRA** é professora de História da rede pública de ensino do município de Saloá-Pernambuco. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas – PROCADI/UPE.



** **NAÍNA JÉSSICA CARVALHO ARAÚJO** é mestranda (Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil) pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí - PPGPP/UFPI; Membro do grupo de estudos de raça, gênero, sexualidades e classe – Profa. Elaine Nascimento.

Introdução

A pandemia de COVID-19 impactou profundamente nossa relação com as tecnologias de informação, assim a relação com que se escuta, consome e vê tornou-se um emaranhado de configurações sociais que perpassam novas formas de se relacionar com o mundo exterior a si próprio. Neste sentido vimos a crescente massificação de pautas coletivas serem esplanadas nas mídias digitais ampliando assim o debate sobre o ciberativismo. Nesta nova arena de relações sociais formas de se comunicar se modificam, a imagem e a escrita passam a ser protagonistas, neste cenário, vemos a crescente presença de mulheres negras que através de suas redes sociais encabeçaram debates acerca da importância da representatividade e da visibilidade no âmbito mais global diante das inúmeras notícias de violação dos direitos humanos e sobretudo das mulheres negras.

Neste ponto, dois trabalhos produzidos em lugares geograficamente separados encontram-se na sua origem epistêmica sobre mulheres negras e suas relações com as novas NTICs (Novas Tecnologias de Informações e Comunicações). Para tal, este artigo parte de uma abordagem qualitativa e exploratória e de análise do discurso (AD), desenvolvida a partir da observação da pesquisa Movimentos Feministas, Interseccionalidade e Ciberfeminismos¹ em parceria com outra pesquisa intitulada de Vivências de Representatividade e Visibilidade da Mulher Negra em Mídias Sociais Através de Uma Análise da Escrita de Si das Influenciadoras Digitais no Agreste Meridional de Pernambuco².

Nos últimos anos, as mídias digitais tornaram-se um imperativo a sociedade, a velocidade da informação possibilitou o conhecimento numa dinâmica nunca imaginada, assim, diante deste fenômeno a representatividade de grupos até então marginalizado como o de mulheres negras apresentam-se como uma realidade a ser vista, pensada e debatida no âmbito da representação política, social, cultural e ideológica. Juntamente a este movimento, questões como inclusão digital, ocupação dos lugares de poder e debates sobre a decolonialidade e a sub-representação das mulheres negras no movimento feminista hegemônico pautam o debate deste artigo.

O objetivo de fazer uma AD sobre ciberfeminismo negro como ferramenta de resistência utilizado como propositiva nos projetos de mestrado construídos entre 2019 e 2022 é feita sobre a ótica da interseccionalidade. Traçando assim, o panorama histórico do feminismo negro no Brasil, em torno de intelectuais como Carla Akotirene (2019), Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003), aprofundando o conceito de ciberfeminismo negro e suas construções interseccionais através do uso das NTICs explanado por Patricia Hill Collins e Sigma Bilge (2020).

O artigo está dividido em duas partes, a primeira consiste em apresentar **um panorama histórico do ciberfeminismo e a sua relação com os movimentos de mulheres negra**. Aqui, foi necessário fazer um levantamento sobre os estudos do alcance mobilizador do ciberativismo recorrendo a algumas fontes mencionadas nos projetos de

¹ Mestrado de Políticas Públicas – PPGPP/UFPI

² Mestrado em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas-UPE

mestrado³, como revistas de agenda política, seminários de gênero, e dissertações de comunicação e semiótica que foram selecionadas através do google acadêmico entre os anos de 2013 a 2022, considerando que o período converge com as mobilizações de movimentos políticos em espaço virtual desde a Primavera Árabe.

Para a seleção das fontes, consideramos trabalhos que tivessem palavras chaves como internet, ciberativismo ou ciberfeminismo e que em seu escopo apresentassem uma análise crítica sobre as NTICs. Para este debate excluímos os trabalhos que em seus resumos não atenderiam os critérios mencionados para a construção deste artigo.

Considerando que AD neste trabalho tem por finalidade identificar as nuances ideológicas e propositivas do diálogo do ciberfeminismo com o movimento de mulheres negras, foi necessário traçar um limiar entre os anos 2016 e 2018, por ser um período que marca a política brasileira pela misoginia, o sexismo e o racismo após o assassinato de Marielle Franco, que encontra-se na construção epistêmica dos dois projetos de mestrado. Os mesmos, recorrem as teóricas como Akotirene (2019), bem como Collins; Bilge (2020) que em seus trabalhos consideram este período como momentos de resoluções de demandas por parte do coletivo de mulheres negras de forma política e crítica.

A segunda parte tem por objetivo tecer um debate acerca do **feminismo negro e o ciberespaço entre meios urbanos e rurais**, amparados nas constatações que são traçados nos projetos de mestrado, que em diálogos de suas autoras identificam as zonas sensíveis de acesso as NTICs, tendo em vista que o projeto Movimentos Feministas,

Interseccionalidade e Ciberfeminismos está demarcado pelo espaço urbano e o outro projeto Vivências de Representatividade e Visibilidade da Mulher Negra em Mídias Sociais Através de Uma Análise da Escrita de Si das Influenciadoras Digitais no Agreste Meridional de Pernambuco que em sua essência articula-se com uma crítica a baixa conectividade em comunidades quilombolas rurais.

O levantamento dos dados sobre a conectividade no Brasil para o fomento do debate sobre a ocupação do ciberespaço pelo feminismo negro, está baseado nos dados oficiais do IBGE (2020), e a nota técnica do CONAQ-Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (2021) onde os mesmos nos apresenta as desigualdades do acesso à internet no Brasil. Assim é possível estabelecer um debate com as intelectuais, Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003) sobre a configuração das desigualdades raciais e de gênero bem como a necessidade da criticidade política dentro dos coletivos de mulheres negras.

Por fim, as considerações finais sobre a importância da inclusão digital de mulheres negras se tornam oportuna neste artigo, que apresenta os pontos de colisão de escritas sobre o feminismo negro e a interseccionalidade em contexto de acesso às mídias digitais através da AD, concluindo-se que as relações no ciberespaço modificaram as relações na sociedade contemporânea, e quando utilizada de maneira positiva, e a favor de justiça sociais se tornam ferramenta de resistência discursiva e imagética.

³ Ibidem p.2

Panorama histórico do ciberfeminismo negro

A cibercultura é um fenômeno do século XXI, vimos ao longo do primeiro decênio a evolução das NTICs, e dos papéis sociais que está nova ferramenta poderia modificar no mundo. Nestes primeiros anos, vimos ditadores perder seus espaços de poder diante da crescente motivação do ciberativismo como fora o caso da Primavera Árabe a partir 2010, onde a maior parte dos protestos em países do Oriente Médio e da África começam a se desenrolar nas redes sociais e especificamente através do Facebook e do Twitter. O caso mais marcante deste período foi a queda do ditador egípcio. A autora Helga Almeida, em 2013 revelou em seu artigo a importância destes eventos para o cenário mundial no tocante de uma política democrata aspirada por muitos no mundo árabe, vejamos o que a autora nos diz:

Os importantes eventos chamados de Primavera Árabe, e em especial o caso egípcio, no qual se aterá este paper, descreve bem como foram usadas as ferramentas disponíveis no espaço cibernético para a luta por um estado democrático e que culminou na queda do Presidente Hosni Mubarak. (ALMEIDA, 2013 p. 31-32)

Neste viés vale destacar que as mídias digitais demonstram seu valor social no que tange a sua capacidade de propagar ideias e reunir afins em prol de causas comuns. Assim, podemos destacar que “O resultado da utilização da Internet pela sociedade pode ser destacado como fundamental para os movimentos sociais contemporâneos, já que se tornou um meio essencial de comunicação e informação.” (ALMEIDA, 2003 p. 33).

Para reforçar este entendimento Collins e Bilge traduz de modo amplo o papel

das mídias digitais no mundo contemporâneo, vejamos:

Na atualidade, as mídias digitais e sociais constituem um dos palcos mais vibrantes da interseccionalidade, em que uma nova geração de ativistas, artistas e especialistas debatem sua importância intelectual e política. Essas plataformas facilitam o alcance global da interseccionalidade, criando redes de ativistas, intelectuais, representantes eleitas e eleitos por voto, advogadas, advogados, lideranças comunitárias que desenvolvem projetos de justiça social. As novas TICs mudaram as regras do jogo tanto para os indivíduos quanto para os movimentos sociais. Os ambientes digitais passaram a desempenhar um papel cada vez mais proeminente na mediação de questões de interesse público não apenas fornecendo as plataformas nas quais ocorrem os debates públicos, mas também permitindo a configuração interativa de temas e dinâmicas (COLLINS; BILGE, 2020 p. 161)

Neste contexto, o conceito de ciberfeminismo está associado ao crescimento da internet, mas segundo Debora Abu (2017) seu conceito vem sendo delineado desde 1980, para esta autora existem muitas formas de entender o conceito de ciberfeminismo tendo em vista a suas diversas formas de utilização e a quem serve cada nicho. “No Brasil, em sua maioria, são as mulheres jovens que performam o ciberfeminismo em diversas frentes.” (ABU, 2017 p. 02), mas é importante destacar quais são estas mulheres e de onde falam tendo em vista que as mídias digitais também são campos de disputa de poder e padrões hegemônicos.

A relação destes conceitos com os eventos na Primavera Árabe está no

escopo da construção de uma identidade de uma juventude mobilizadora no ciberespaço em torno de uma temática que envolve romper paradigmas e democracia em prol dos direitos humanos principalmente neste século.

Vejamos que no contexto do Brasil, o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e o assassinato da política e ativista negra Marielle Franco em 2018, vão delinear discussões sobre a temática da sub-representação de mulheres na política brasileira e sobretudo de mulheres negras, abrindo um caminho mais abrangente sob o ponto de vista das múltiplas opressões que atravessam as mulheres do sul global. Ainda segundo Collins e Bilge, Marielle Franco teve uma forte presença na mídia materializando assim as pautas que antes falava-se em lugares particulares tendo em vista a sociedade patriarcal, conservadora e ancorada na violência da colonização como a sociedade brasileira. Assim nos diz as autoras:

A forte capacidade de mobilização popular e a presença na mídia social fizeram dela uma defensora altamente eficaz dos direitos de mulheres negras, jovens e LGBTQs. O assassinato político de Marielle Franco fez dela um ícone da resistência democrática e da luta pela justiça social no Brasil e no exterior. Defensora dos direitos humanos, sua vida e sua morte nos lembram a importância da interseccionalidade para os movimentos de justiça social. (COLLINS; BILGE, 2020 p. 47)

É importante destacar que no Brasil após o assassinato de Marielle Franco pode-se

vivenciar uma urgência crescente da sociedade brasileira abordar a temática do racismo e do sexismo. Certamente isso se dá pela sua presença midiática e sua capacidade de mobilização política. A interseccionalidade reitera o poder da representatividade, como nos diz Akotirene “A presença ancestral de Marielle Franco contorna leis para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro” (AKOTIRENE, 2019 p.113).

Numa busca rápida pela plataforma digital Instagram no dia 03/10/2022 ao se colocar a hasteg⁴ feminismo, o resultado revela 4,1 milhões de publicações, 121 mil publicações para feminismo negro e de 102 mil publicações de feminismobrasil. Podemos perceber que as buscar existente nesta rede social veicula a ideia de engajamento junto a temática salientando proporções que daria ênfase a temática. É evidente que a hasteg muitas vezes não nos dá um escalonamento do real conteúdo, mas proporcionalmente nos leva compreender que a temática está em pauta e sendo discutido no ciberespaço.

É importante ter em mente que as formas globais de ver a internet e as TICs tem sido estigmatizada dentro de uma otimismo sem fim, que as consideram responsáveis por grandes mudanças estruturais, sendo que Collins e Bilge nos alerta aos caminhos contrários sobre os movimentos digitais, que crucialmente deve-se evitar as armadilhas de equiparar todo movimento digital como orientado por justiça social. Tendo em vista que grupos conservadores e com mais dinheiro soma suas forças para criar seu

⁴ Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um

hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Disponível em <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-hashtag/> Acesso em: 04/10/2022.

público on-line (COLLINS; BILGE, 2020 p.170).

Feminismo negro e o ciberespaço entre meios urbanos e rurais

A cibercultura tem sido uma realidade em grandes e pequenos centros urbanos onde se dá a predominância do acesso à internet e aos meios digitais, revelando que os territórios sofrem com as variações de acesso à tecnologia assim como as tradicionais hierarquias de classe e a supervalorização do urbano sobre o rural abrindo um fosso de exclusão digital.

Juntamente com a pandemia, estas desigualdades tornaram-se abissais, a exemplo podemos citar quando professoras e professores em Pernambuco tiveram em 18 de março de 2020 através do DECRETO Nº 48.810, DE 16 DE MARÇO DE 2020, suspender as aulas presenciais, na rede pública e privada, em todo o Estado (PERNAMBUCO, 2020), e assim foi acontecendo em várias regiões do país. Aqui, tomaremos a cidade de Garanhuns Pernambuco como referencial do debate, através de experiência empírica na rede estadual de ensino da região ficava evidente que estudantes que moravam em áreas rurais, mais especificamente em comunidades quilombolas não apareciam com frequência nas aulas remotas.

A cidade citada apresenta pelo menos 7 comunidades quilombolas em seu território segundo banco de dados do IBGE (2019), as estatísticas de que no Nordeste a utilização da internet por parte de domicílios rurais fica em torno de 51,9% em relação ao meio urbano que está em 81,3% (IBGE, 2021 p.6) justifica a ausência destes estudantes pela baixa conectividade em seus territórios.

Assim, diante do contexto das aulas remotas que se tornaram uma realidade

no estado entre os anos de 2020 e 2021, vimos crescer também a evasão da juventude rural dos sistemas educacionais pelas dificuldades de ter acesso a conectividade. Apesar de no Brasil ter tido um aumento do acesso à internet como veremos, as desigualdades econômicas e sociais, presente em nosso território não configuraram uma homogeneidade de acesso à internet

Segundo o IBGE (2021) entre 2018 e 2019, o percentual de domicílios com acesso à Internet passou de 83,8% para 86,7%, nas áreas urbanas, e aumentou de 49,2% para 55,6%, em área rural. Sendo que deste percentual mesmo apresentando avanços, ainda persistem nas regiões como o Norte e Nordeste níveis menores de acesso à internet correspondendo a 38,4% e 51,69% respectivamente (IBGE, 2021 p.5). As desigualdades de acesso à internet e as desigualdades sociais escancaradas pela pandemia de COVID-19 demonstra que ter contato com as mídias digitais vai variar a depender da região, localidade e níveis de classe.

As comunidades quilombolas e indígenas bem como outras frentes do meio rural, historicamente enfrentam as dificuldades de acesso as diversas tecnologias justificadas muitas vezes pelo isolamento geográfico. Apesar da pandemia ter estimulado a diversificação das formas de apreender e de conviver com os impactos do isolamento social e ter fortalecido as vivências nos ciberespaços bem como as questões relativas ao feminismo negro com a popularização da temática nas mídias digitais, é importante analisar como as mulheres negras que vivem no campo e na cidade enfrentaram as múltiplas opressões por elas sofridas.

O ciberfeminismo negro no Brasil vem demonstrando que está ferramenta pode ecoar de forma a atingir mais pessoas

através destas mídias, alavancando o combate ao racismo e ao sexismo na contemporaneidade desde que no bojo desta discussão também se fale de inclusão digital em lugares situados e isolados geograficamente. Está ferramenta também é um lugar de disputa de poder que serve a fins conservadores que canalizam forças segregacionista. É importante estar atento aos discursos de ódio e a ilusão de liberdade que a rede nós dá, o jogo de poder nestas arenas constituem os lugares de dominação ideológica do capital, “Essa posição dominante vê a internet como uma força intrinsecamente progressiva e democratizadora, dada a suposta facilidade e acessibilidade do ativismo digital, embora as evidências provem o contrário.” (COLLINS; BILGE, 2020 p.170).

A reportagem do jornalista Jonas Valente (2020) da Agência Brasil, relata que a pesquisa do Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br) demonstrou que o índice de conectividade entre pessoas do meio rural e urbano variam entre 77% de acesso para áreas urbanas e 53% de conectividade para áreas rurais.

O detalhe do estudo ainda considerou o acesso a computadores levando em consideração o gênero, a raça e a renda, demonstrando que a variação entre homens e mulheres é de 62% e 55% respectivamente. No quesito raça, a distribuição se dá entre 63% dos brancos, 57% dos pardos, 55% dos pretos, 57% dos amarelos e 48% dos indígenas. Quanto a avaliação por renda, demonstra diferenças entre quem recebe até um salário mínimo ficando entre 41% e mais de 10 salários mínimos em 92%. Em aspectos urbanos e rurais, o índice é 62% e 32% nas diferenças entre o primeiro e

o segundo sequencialmente (VALENTE, 2020).

Estes percentuais apesar de importantes para um panorama geral, não deixa muito evidente como a pesquisa pretende fazer com os dados mencionados, que mesmo acenando para um crescimento do uso da internet e de computadores não aprofundou o tema da evasão escolar e o isolamento digital que muitas e muitos enfrentaram na pandemia. Se considerarmos este mapa vamos perceber que o impacto de acesso a computadores, internet e a telefones móveis vão sofrer variações em relação ao meio urbano e rural, mas sem revelar muito.

Para que os dados sejam mais palpáveis a fim de fazer uma análise discursiva e crítica do cenário, é possível recorrer ao CONAQ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas que em março de 2021 ao contrário da Agência Brasil lança uma nota técnica que esclarece para a sociedade que estudantes quilombolas tem dificuldades no ensino remoto considerando que muitas comunidades não possuem acesso à internet, denunciando o desmonte da escola quilombola bem como sua docência por parte dos agentes políticos (CONAQ, 2021). A nota informa o seguinte:

Com a pandemia, vários prefeitos e governadores têm promovido demissões de professoras/es quilombolas, mudanças estruturais e dão respaldo a projetos de domínio econômico pouco importantes ao ensino para as escolas quilombolas. Para agravar essa situação, ocorre em algumas cidades o fechamento de escolas quilombolas e remanejamento dos estudantes sem a devida consulta prévia às comunidades implicadas, como orienta a convenção 169 da OIT na qual os

quilombos e outras comunidades tradicionais estão resguardadas. Também não há uma justificativa plausível para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não seja considerada nestas decisões arbitrárias por parte dos gestores. (CONAQ, 2021)

Se é a juventude e sobretudo mulheres jovens que performam na internet como dito anteriormente por Abu (2017) diante do quadro exposto quanto se perde com a ausência destas nos meios digitais, nas salas de aula e no debate interconectado? Ao passo que existe está exclusão como pode-se abranger o debate que a mídias digitais evocam?

No Brasil a teoria feminista se desenha desde sua primeira onda, e o feminismo negro não se vendo nas demandas hegemônicas de mulheres brancas retorna seu olhar o papel de mulher negra nesta sociedade marcada pelo sexismo e pelo racismo, bem como a hierarquização de lugares estigmatizados como civilizados e não civilizados. Sendo o Brasil tipicamente agrário é natural que falemos das mulheres que vivem no campo, aqui nossa concentração visa o papel de mulher negra quilombola, cujas bases do feminismo negro são entoadas por sua ancestralidade. As considerações de Sueli Carneiro em artigo Mulheres em Movimento chama atenção para esta multiplicidade de mulheres criticando a visão apenas no gênero, sendo necessário ir além desta perspectiva, vejamos:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou

seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (CARNEIRO, 2003 p.119)

Retomando a questão da mulher negra em mídias digitais, destacamos a importância do CONAQ ao falar das mulheres negras quilombolas em sua página virtual tornando sua luta algo acessível a outras pessoas, assim sabemos o que acontece no interior de muitas comunidades. Os dados do CONAQ sobre o declínio de jovens que não estão estudando, se tornam imprescindível falar de exclusão digital vinculada ao racismo institucional que impacta as comunidades quilombolas. É neste tocante que é necessário acionar a interseccionalidade para compreensão de fenômenos como este, podendo solicitar através desta análise políticas públicas para sanar tais problemas.

Visto isso, consideramos que as comunidades quilombolas e indígenas bem como outras frentes do meio rural, historicamente enfrentam as dificuldades de acesso as diversas tecnologias justificadas muitas vezes pelo isolamento geográfico. Apesar da pandemia ter estimulado a diversificação das formas de apreender e de conviver com os impactos do isolamento social e ter fortalecido as vivências nos ciberespaços bem como as questões relativas ao feminismo negro com a popularização da temática nas mídias digitais, é importante analisar como as mulheres negras que vivem no campo e na cidade enfrentaram as múltiplas opressões por elas sofridas.

Para Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade tem que ser pensada

sobre a construção deste conceito vinculado ao mundo atlântico e as vivências diaspórica, atribuindo-lhe um lugar analítico que investigue os marcadores de opressão dentre de uma lógica diferente da estabelecida pelas hegemonias:

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas. (AKOTIRENE, 2019 p.48)

A construção do feminismo negro no Brasil remonta os anos de 1970 mas é importante saber que este caráter se dá pela sua expressão intelectual e escrita, mas é provável que mulheres negras quilombolas rurais há muito sejam atravessadas por barreiras políticas, sociais, econômicas, e geográficas que lhe impuseram um protagonismo anterior a 1970. Ainda segundo CONAQ em sua página online em 9 de maio de 2020 divulga o texto Territórios coletivos e ancestralidade: a luta das mulheres quilombolas escritos por Selma dos Santos Dealdina⁵, que debate

a importância da luta destas mulheres em seus espaços:

A participação das mulheres quilombolas em espaços de definição de políticas tem garantido a proposição de políticas públicas que levem em conta o recorte de gênero, racial e geracional, uma vez que exercem o papel ativo na sociedade, levam suas demandas e denunciam o racismo institucional, a invisibilidade, a violência doméstica, sexual e psicológica e a ausência do estado nas suas comunidades (CONAQ, 2020)

Ademais, este cenário nos força a pensar que a representatividade e a visibilidade de mulheres negras em mídias digitais se tornam um lugar importante para a circulação deste tipo de informação debate, divulgação de conhecimento e denúncias. É importante destacar que entre os anos de 1970 e 1980 Lélia Gonzalez em seus escritos também destacou a ancestralidade da luta de mulher negra na sociedade brasileira, e como a construção desta identidade é forjada a muitos séculos contra as opressões:

Quando a gente anda por este Brasil afora e conhece os movimentos negros regionais, uma coisa se evidencia com a maior clareza: a presença crescente, e muitas vezes majoritária, do mulherio. E, ainda mais, dá pra perceber que as lideranças desses movimentos, em muitos casos, é dela, mulher negra. O que não é de espantar, pois, enquanto setor mais explorado e oprimido, e consciente disso, ela vê muitas coisas do sistema não só na sua estratégia de exploração dos trabalhadores, mas enquanto organização racista e sexista.

⁵ Militante e ativista do movimento social negro e quilombola e atualmente atuando na secretaria da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Quilombolas. Disponível em <<https://prosas.com.br/empreendedores/17074>> Acesso em 03/10/2022.

Consequentemente, sua luta se dá em três frentes, e, quanto mais desenvolve sua prática em termos de movimento, mais sua lucidez e sua sensibilidade se enriquecem. De repente, ela acaba tendo um jogo de cintura muito maior do que acreditava possuir. (GONZALEZ, 2020 p.200)

Para compreender melhor este universo do ciberfeminismo e o debate no meio rural foi necessário acessar parte da pesquisa do projeto de mestrado sobre Representatividade e Visibilidade da Mulher Negra em Mídias Sociais no Agreste Meridional de Pernambuco pela Universidade de Pernambuco-UPE. Tal pesquisa tem por objetivo atentar para o papel das influenciadoras digitais negras no interior de Pernambuco, tendo vista a crescente projeção destas mulheres em mídias digitais na região. Suas redes sociais têm servido como ferramenta de resistência, visibilidade e representatividade nesta região, tendo em vista as inúmeras comunidades quilombolas em seu entorno e a formação desta sociedade que está intimamente ligada a presença de negros e indígenas na sua história. Segundo o IBGE (2010) a história de Garanhuns é um exemplo desta ocupação

Remontam ao século XVII as primeiras penetrações nas terras do atual Município de Garanhuns, primitivamente habitadas, presume-se, por um ramo dos cariris. Fugindo provavelmente ao jugo holandês e a escravidão, brancos e negros iniciaram o povoamento da região. Posteriormente, novas levas de escravos foragidos estabeleceram-se nos brejos, em aldeamentos esparsos. (IBGE, 2010)

Estas narrativas são constituídas também nos ciberespaços e modificam as relações entre o rural e o urbano, as formas de apreensão do feminismo se dá em muitas frentes, e é de extrema

relevância tratar de como o campo acessa e dissemina suas informações. Através destas leituras e vivências das pesquisas a interseccionalidade e o uso das novas tecnologias confluiu como a temática do projeto Movimentos feministas, Interseccionalidade e Ciberfeminismos ainda em curso no mestrado de políticas públicas da UFPI dialoga com o meio urbano e amplifica como esta ferramenta digital serve as mulheres negras de movimentos das grandes cidades. Retomando ao Movimento de Mulheres Negras Decidem – MND, destaca-se o esforço por estabelecer o reposicionamento da agenda política brasileira a partir do fortalecimento de lideranças de mulheres e da capacitação destas para a imersão na política institucional. Para isto, contam com uma espécie de rede de articuladoras locais que auxiliam nesse trabalho, em outras palavras, mulheres residentes para além do eixo Rio – São Paulo são responsáveis por permitir que o movimento tenha se tornado um movimento nacional. O MND pontua que para que haja uma mudança na agenda política a disputa de narrativa é essencial, e que deve incluir de maneira urgente as mulheres negras, posto que representam, segundo IBGE (2019), o maior grupo demográfico do país, mas que ocupam menos de 2% das cadeiras no congresso nacional. Vejamos o debate do movimento:

Desde 2018, o MND promove debates, pesquisas e dados com vistas à superação da sub-representação das mulheres negras brasileiras na política institucional e demais espaços de tomada de decisão. Os números que apresentamos até aqui já demonstram o quão preocupante é esta representação escassa, embora extremamente necessária. Nossos objetivos circulam em torno da elaboração de insumos práticos e

simbólicos que qualifiquem e sensibilizem a discussão pública acerca da importância de mulheres negras ocuparem postos-chave na produção e execução de políticas públicas no Brasil. (MND, 2019 p.6)

No entendimento do movimento, a transformação da agenda política, ou melhor, a aproximação dela com a realidade brasileira é fundamental para a democracia, pois ela não existe com racismo e machismo. E, portanto, o MND, por se tratar de um movimento de mulheres negras, assinala que seu papel é primordial já que oferece um repertório político estrutural, criativo, singular no fortalecimento de uma democracia tão fragilizada como se encontra a brasileira, principalmente pós-2018.

Considerações finais

Com tudo o que se apontou nesse texto, é consistente afirmar que as NTIC's, sobretudo as redes sociais digitais possibilitam a construção de uma dimensão da esfera política mais interativa, e em certos aspectos mais democrática ao possibilitar a participação de sujeitos excluídos das arenas tradicionais de discussão. Todavia, compreende-se que o ativismo digital exercido por movimento de mulheres negras, embora importante, constitui-se como uma forma de mobilização que se soma à tradicional em torno da luta pelo fim da opressão feminina pelo homem, seja ela em âmbito rural ou urbano.

Ressalta-se que essa ferramenta é incapaz de sozinha abalar com as organizações e as estruturas sociais patriarcais que delimitam os campos de atuação dos sujeitos sociais, e, portanto, da compreensão do que é ser mulher na sociedade brasileira. Isto é, embora possua uma linguagem própria, como é o caso da *hashtag*, e tenha possibilitado alterações na forma de organização, dos

movimentos, sozinha é incapaz de promover mudanças estruturais.

Neste enredo, é importante chamar atenção para a era da desinformação através de Fake News e de “algoritmos racistas”, e é por este motivo que o aprofundamento teórico e a apropriação do conhecimento destes espaços, poderá forçar os que constroem as NITCs a elaborarem mecanismo para minimizar as mazelas da era digital.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- ALBU, D. **CIBERFEMINISMO NO BRASIL: CONSTRUINDO IDENTIDADES DENTRO DOS LIMITES DA REDE**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481800_ARQUIVO_Mode lo Texto completo MM FG DEBORAALBU .pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481800_ARQUIVO_Mode%20lo%20Texto%20completo%20MM%20FG%20DEBORAALBU.pdf)> Acesso em 03/10/2022.
- ALMEIDA, H. **Cyberativismo e Primavera Árabe**: Um estudo sobre o uso da Internet no Egito para a construção da grande ruptura de 2011. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol. 1 – n. 2 – 2013. Disponível em <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/17>> Acesso em: 04/10/2022
- BOGADO, M. Rua. In: HOLLANDA, H. B. de. **Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 23-42.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados 17 (49), 2003. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/0>> Acesso em 04/10/2022
- COLLINS, P. H; BILGEN S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Territórios coletivos e ancestralidade: a luta das mulheres quilombolas Feminismos transnacionais | Brasil por Selma dos Santos Dealdina, 2020. Disponível em <<http://conaq.org.br/noticias/territorios-coletivos-e-ancestralidade-a-luta-das-mulheres-quilombolas/>> Acesso em 01/03/2022

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Em nota, Coletivo de Educação relata dificuldades do acesso ao Ensino Remoto por professores, estudantes e famílias quilombolas **NOTA TÉCNICA Nº 02 REFERENTE ÀS DIFICULDADES DO ENSINO REMOTO ENFRENTADAS POR PROFESSORAS/ES, ESTUDANTES E FAMÍLIAS QUILOMBOLAS**, 2021. Disponível em <<http://conaq.org.br/noticias/nota-tecnica-02/>> Acesso em 30/09/2022

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Campinas-SP. Ed. Zahar. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41. ISBN 978-85-240-4513-4 © IBGE, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em: 05/12/2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf> Acesso: 05/12/2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas | Indígenas e Quilombolas 2019**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads>> Acesso em: 26 jan. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas | Indígenas e Quilombolas 2019**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads>> Acesso em 01/03/2022

ao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads> Acesso em 01/03/2022

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: História de Garanhuns Pernambuco**, 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/garanhuns/historico>> Acesso em 01/03/2022

KYRILLOS, G. M. **Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade**. **Revista Estudos Feministas**, vol.28 no.1 Florianópolis 2020, Epub Mar 09, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100204>. Acesso em: 18 de abr. 2022.

LEMOS, M. G. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, 2009. SP, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5260>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

MND. **Porque Votar em Mulheres Negras: Balanço dos mandatos de parlamentares negras (2019-2023)**. 2019. Disponível em <<https://app.rios.org.br/index.php/s/cWS3ZTS6r4ngw5L>> Acesso em 10/12/2021.

PERNAMBUCO. Decreto do Executivo nº 48.810 Altera o Decreto nº 48.809, de 14 de mar. de 2020. Regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=49423&tipo=>>> Acesso em 05/12/2022.

VALENTE, Jonas. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa A maioria acessa a internet pelo celular**. Publicado em 26/05/2020 em Agência Brasil – Brasília, 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>> Acesso em: 04/10/2022.

Recebido em 2022-10-15
Publicado em 2023-01-01